

**ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS
HÍDRICOS – CEHIDRO.**

Aos vinte e seis dias do mês de julho do ano de dois mil e sete, às 09:30 hs no Auditório Pantanal/SEMA, ocorreu a 9ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO, com a seguinte pauta: Informes; Aprovação da ATA da 8ª Reunião Ordinária do CEHIDRO e Aprovação Alteração da Resolução nº. 10 que Institui o Roteiro Básico para Barragens de Terra Já Construídas. A reunião foi presidida pelo Secretário Executivo do CEHIDRO o Senhor Luiz Henrique Magalhães Noquelli, que registrou a presença dos seguintes Conselheiros: o senhor Mauro Aires Fávero representante da SINFRA, a Srª. Vera Lúcia Dias Lopes representante da SES, a Srª. Edenir Maria Serigatto representante da UNEMAT, o Sr. José Augusto Ferraz de Lima representante do IBAMA, a srª. Eliana Beatriz N. R. de Lima representante da ABES, a Srª. Ribenildes Carla G. e Souza representante da FIEMT, a Srª. Ildisneya Velasco Dambros representante da SANECAP, a Srª. Rosemery Machado Meger representante da rede CEMAT, o Sr. Thiago de Pinho Silva representante da ASATEC, a Srª. Alessandra Panizi representante do Instituto CREATIO e o Sr. Wilson V. da Silva Pereira Filho, substituindo o Sr. Rogério Monteiro Costa e Silva, representante da SEDER e a Srª. Valquíria de Carvalho Azevedo representante do IMADEA. O Secretário Executivo iniciou a reunião questionando os conselheiros se haveriam alterações a serem feitas na ata da 8ª Reunião, não sendo apresentada nenhuma alteração, sendo aprovada por unanimidade a Ata da 8ª Reunião ordinária do CEHIDRO. Em seguida continuou informando aos conselheiros que 1) a Ata da 7ª Reunião do CEHIDRO havia sido publicada; 2) Como havia sido colocado na ultima reunião, entre os dias 24 e 27 de junho foi realizado em Cuiabá o 1º Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos da Região Norte e Centro-Oeste, organizado pela Associação Brasileira de Recursos Hídricos – ABRH, complementando que a SEMA teve uma boa participação no evento e que o fato da ABRH realizar o Simpósio em Cuiabá já demonstra que o Estado está preocupado com a gestão dos recursos hídricos e realizando um bom trabalho nesta área; 3) Colocou também que durante o Simpósio ocorreu também a reunião preparativa para o Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas que será realizado no mês de outubro em Foz do Iguaçu, onde serão apresentados os trabalhos desenvolvidos pelos diversos comitês de bacia hidrográfica (CBH) instituídos, sendo também feitas visitas técnicas, o que é uma possibilidade de conhecer a situação dos diversos CBH e extrapolar estes conhecimentos para o Estado. 4) Agradeceu a participação dos Conselheiros que participaram dos

Encontros Públicos para a apresentação da fase de diagnóstico do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH) em Sinop, Cuiabá e Barra do Garças, agradecendo em especial aos conselheiros Renato Migliorini, Rodrigo Azevedo e Juracy Ala Filho, por se disponibilizarem a viajar e se afastar do serviço para participarem do evento. Ressaltou ainda a importância da participação dos conselheiros, por divulgar no Estado a existência do CEHIDRO e demonstrar que o mesmo encontra-se atuante. 5) A publicação do Decreto 336, da portaria 68 e da Resolução nº. 12, que tratam da outorga no Estado, bem como das portarias 62 e 63, que concederam as duas primeiras Reservas de Disponibilidade Hídrica (RDH) no Estado, ressaltando ainda que só foi possível emitir as duas RDHs devido a parceria firmada pela SEMA com a ANEEL, fato importante para agilizar a análise processual e também o convenio firmado com a ANA juntamente com o MMA; 6) Informou ainda que entre os dias 20 e 23 de agosto será realizado em Chapada dos Guimarães o encontro do Aquífero do Guarani, que contará com o lançamento de um livro voltado para alunos do ensino fundamental sobre água subterrânea e que este tipo de encontro é muito importante pois não tem como se fazer gestão dos recursos hídricos se desvinculando água subterrânea da superficial. 7) Dando continuidade aos informes o Secretário Executivo colocou que foi realizado um encontro com o MMA na data do simpósio e os representantes do MMA pontuaram que o PERH está sendo conduzido pela SEMA, mas é um Plano que deve ser do Estado e para que isso se fortaleça sugeriram que fosse feito um Decreto determinando a criação de um Grupo Governamental para o acompanhamento do PERH, que contaria com as Secretarias de Estado SINFRA, SEPLAN, SEDER, SEDTUR, SES e SICME, para garantir a participação das mesmas nesta discussão, sugestão que foi acatada pela SEMA. O Secretário Executivo colocou ainda que mesmo que estas secretarias façam parte do CEHIDRO e este seja o âmbito de avaliação do PERH, esta discussão tem que ser no âmbito das Secretarias como um todo, não devendo ficar restrita ao representante da mesma no CEHIDRO. A conselheira Valquíria de Carvalho questionou porque a SEDUC não fazia parte das secretarias que constariam no decreto, sendo respondida pelo Secretário Executivo que foram colocadas as secretarias que fazem parte do CEHIDRO. A conselheira Valquíria de Carvalho colocou então que a SEDUC deveria fazer parte pois a mesma trata da formação humana e por isso é importante estar inserida neste tipo de discussão, pedindo que a mesma fosse incluída no Decreto. O Secretário Executivo afirmou que a solicitação da conselheira iria constar em ata e prosseguiu colocando que o MMA solicitou também que fosse realizada uma reunião com a CT-PERH para a discussão do PERH, já que o

69 mesmo deve ser aprovado pelo CEHIDRO. Contudo, o Secretário Executivo colocou que
70 anteriormente a esta reunião com o MMA deveria ser realizada uma reunião dos
71 conselheiros integrantes do PERH, representantes da FIEMT, CREATIO, UFMT, IPAC,
72 UNEMAT, SEMA e SEDER, com o consultor regional do PERH, Sergio Simião, para que
73 o mesmo apresente a situação atual do plano de forma a evitar que a reunião com o MMA
74 seja apenas informativa e sim que possam ser apresentadas solicitação de alterações
75 necessárias. Em seguida colocou que a proposta do encontro com o Sergio Simião seria
76 para a semana de 30/07 a 03/08 a tarde. A conselheira Edenir Serrigatto colocou que só
77 poderia participar da reunião se a mesma fosse realizada na quinta feira, dia 02/08, sendo
78 complementada pela conselheira Valquíria de Carvalho que, mesmo não fazendo parte da
79 CT PERH gostaria de participar dessa reunião que a mesma teria que se iniciar as 14
80 horas, pois já tem uma reunião agendada na Assembléia Legislativa as 16 horas. O
81 secretário executivo perguntou se estavam todos de acordo com a data e horário, com o
82 que todos presentes concordaram, ficando aprovada a reunião apenas por confirmar o
83 local da mesma. 8) O Secretário Executivo continuou a reunião colocando aos
84 conselheiros que durante a discussão do Novo Código Ambiental surgiram dúvidas
85 relativas a fertirrigação, devido aos participantes não terem dados significativos sobre a
86 sua possível contaminação, e ao dreno rural. Complementou solicitando aos conselheiros
87 que tenham conhecimento e dados sobre estes temas que os enviem ao e-mail do
88 CEHIDRO, para que possam ser ao menos citados no Novo Código, complementando
89 ainda que a intenção não é proibir que os mesmo sejam feitos, mas sim regulamentá-los.
90 9) Colocou também que houve um questionamento por parte do Ministério Público
91 durante as discussões do Novo Código com relação a exportação de água feita por
92 empresas que captam água da rede de tratamento, fazem um novo tratamento,
93 engarrafam e vendem, como algumas empresas, sendo colocado pela conselheira
94 Alessandra panizi que este processo ocorre com estas águas novas no mercado, como
95 H2O2 da Coca-cola, onde eles gaseificam e colocam sabores antes de revender. O
96 Secretário executivo complementou colocando que a questão é que neste caso a outorga
97 é feita para a rede de abastecimento e não atinge esta empresa, mesmo ela sendo uma
98 grande consumidora de água. A conselheira Ildisneya Dambros Colocou que no caso da
99 Coca-Cola no estado a captação é feita diretamente do rio, sendo colocado pelo
100 Secretário Executivo que neste caso não teria problema, mas a questão é quando a
101 empresa capta da rede de tratamento, sendo complementado pela conselheira
102 Alessandra Panizi que nada impede a empresa de passara fazer isso a qualquer

103 momento. A conselheira Ribenildes Carla questionou se durante o processo de
104 licenciamento a empresa não precisa informar o que, quanto e como produz, sendo
105 respondido pela conselheira Alessandra Panizi que a questão não é se a SEMA sabe,
106 mas regulamentar, de forma a controlar o uso da água no Estado, para evitar que este
107 bem seja enviado ao “exterior”. O Secretário Executivo colocou então que se o Ministério
108 Público fez este questionamento é porque em algum outro lugar isto já está acontecendo,
109 solicitando em seguida para que os conselheiros enviem também sobre este tema
110 materiais que possuam, para que possa ocorrer uma discussão sobre este assunto no
111 Novo Código em um nível superior. A conselheira Eliana de Lima colocou que não deve-
112 se pensar somente no engarrafamento de água, mas também nos diversos outros
113 produtos que são exportados pelo estado nos quais o consumo de água está embutido,
114 afirmando também que possui material sobre o assunto e se prontificando a disponibilizá-
115 lo. A conselheira Alessandra Panizi colocou que seria interessante disponibilizar a versão
116 semifinal do produto do Grupo de Trabalho de Recursos Hídricos e minerais na discussão
117 do novo Código Ambiental para que todos possam dar sua opinião e também para enviar
118 novas proposições caso sejam interessantes. Colocou também que apesar do CEHIDRO
119 não estar oficialmente representado nesta discussão ele está muito bem representado de
120 outras formas. O Secretário executivo complementou que mesmo assuntos que não estão
121 vinculados a este grupo de trabalho são encaminhados para o grupo afim, mas o ideal é
122 que ele esteja muito bem fundamentado para que não seja simplesmente colocado de
123 lado, complementando que ficam aguardando as contribuições dos conselheiros. O
124 Secretário executivo continuou colocando que o MMA solicitou também que houvesse
125 mais integração entre as secretarias na questão do plano, sugerindo que cada secretária
126 envolvida convide seus parceiros para participar de uma reunião para discussão do
127 PERH, onde ocorreria uma apresentação do Sérgio Simião, para que de fato ocorra a
128 integração e que os dados apresentados sejam confirmados ou corrigidos. A conselheira
129 Valquíria de Carvalho propôs que a SEDUC tenha um assento no CEHIDRO, colocando
130 que caso seja necessário poderá pedir para o secretário oficializar o pedido, sendo
131 colocado pelo Secretário executivo que será sim necessária a formalização do pedido,
132 pois as secretarias que possuem assento foram definidas em decreto e se tem a
133 necessidade de manter a paridade. A conselheira Valquíria de Carvalho colocou que a
134 vontade de participar é para contribuir e melhorar a discussão no CEHIDRO.
135 Continuando, o Secretário Executivo afirmou que iria cobrar das secretarias envolvidas
136 para que organizem as reuniões, que são o foco principal. Em seguido o Secretário

Executivo colocou que tem que ser feitas algumas alterações na Resolução nº 10, aprovada em 25 de Janeiro de 2007, a qual não foi mandada antecipadamente aos conselheiros por ter surgido a necessidade esta semana. A seguir leu o Art. 1º “Instituir o Roteiro Básico para o Licenciamento de Barragens de Terra Já Construídos – Reservatórios para fins de Irrigação (até 50 ha. de área alagada), conforme Anexo I desta Resolução.” e a sugestão de alteração para este artigo “Instituir o Roteiro Básico para Barragens de Terra já construídas (até 50 ha. de área alagada), o qual passa a integrar o processo de Licenciamento dos Sistemas de irrigação, conforme Anexo I desta resolução.”, explicando que a diferença é que não é a barragem que está sendo licenciada, mas sim o sistema de irrigação, do qual a barragem faz parte. Apresentou também as alterações sugeridas para o Anexo I, de forma a atender melhor as necessidades técnicas. A conselheira Alessandra Panizi ponderou que seria melhor publicar uma nova resolução do que reeditar a antiga, sugerindo que fosse acrescentado um artigo revogando a resolução nº. 10. O Secretário executivo acatou a sugestão da conselheira, colocando em votação a publicação de uma nova resolução com as alterações apresentadas e revogando a resolução nº. 10, o que aprovado com unanimidade. Nada mais havendo a declarar o Secretário Executivo agradeceu a todos pela presença e encerrou a reunião às 10:24 hs e eu, Sibelle Christine Glaser Jakobi, lavrei esta ATA que será assinada pelo Presidente e pelo Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO.

LUIS HENRIQUE C. DALDEGAN

Presidente do CEHIDRO

LUIZ HENRIQUE M. NOQUELLI

Secretário Executivo do CEHIDRO

** Publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 27/09/2007.*

*** Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.*